

PORTUGUESES EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII: CULTURA ESCRITA E PRÁTICAS EDUCATIVAS*

Thais Nivia de Lima e Fonseca

Universidade Federal de Minas Gerais

Doutora em História Social

tnivia@terra.com.br

Durante o século XVIII, a Capitania de Minas Gerais recebeu número considerável de portugueses, vindos para o exercício de postos na administração civil e militar e como membros do clero, ou atraídos pelas possibilidades, reais ou imaginadas, de enriquecimento na economia mineradora, e que jamais retornaram ao Reino. Na segunda metade dos setecentos, vieram também aqueles que assumiram responsabilidades educacionais como professores régios. Esses indivíduos, na maioria do norte de Portugal, e muitas vezes também seus descendentes, estabeleceram relações com a cultura escrita que resultaram na resolução de seus problemas cotidianos e no registro de parte de suas trajetórias, no estabelecimento de estratégias para a educação de seus filhos, no incremento da circulação de livros, no ensino das primeiras letras e da Gramática Latina.

Não obstante as divergências entre os historiadores, no Brasil e em Portugal, quanto à quantidade de portugueses vindos para a América, não parece haver dúvidas quanto ao aumento dessa imigração no século XVIII, movida, principalmente, pela exploração do ouro nas Minas Gerais, e quanto ao fato de que a maioria dos emigrados provinha do norte de Portugal¹. Como efeito desse movimento, a Coroa editou várias proibições que visavam conter o fluxo migratório e evitar as suas conseqüências negativas para o Reino. O avanço dos estudos sobre o tema tem aprofundado a compreensão do fenômeno da emigração portuguesa, identificando as origens desse movimento, do ponto de vista estrutural, das condições que motivaram a saída de milhares de portugueses em direção ao Brasil, nos séculos XVIII e XIX, e também quanto às características dessa população, como seu lugar de origem, suas ocupações, seu nível de instrução, e demais aspectos demográficos.² No Brasil, alguns trabalhos clássicos detiveram-se sobre as características da ocupação portuguesa na América, na perspectiva das motivações da emigração a partir do século XVI. Sérgio Buarque de Holanda chamou a atenção para a grande capacidade

* Esse trabalho decorre de projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

¹ SERRÃO, Joel. *Emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 196-. p. 62. Também, entre outros: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Historia de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1978; MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Quarto Volume. O Antigo Regime (1620-1807). Coordenador: António Manuel Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

² Importantes estudos neste sentido têm sido feitos no âmbito do *Núcleo de Estudos de População e Sociedade*, da Universidade do Minho.

de adaptação e de aprendizagem dos portugueses em outras terras, o que lhes permitiu protagonizar importante processo de circulação e apropriação de diferentes elementos culturais³. Diríamos, seguindo as sugestões de Serge Gruzinski, que eles atuaram como singulares mediadores culturais entre as várias partes do Império português no Antigo Regime⁴. Ao analisar a chamada “corrida do ouro”, Holanda caracterizou-a como a “primeira imigração em massa para o Brasil”, ocorrida a partir do final do século XVII e mais intensamente no século XVIII. O autor percebeu as primeiras levas desses imigrantes como indivíduos de origem social desfavorecida, “que não conheceram, em sua terra de origem, a oportunidade de assimilar os altos padrões de civilidade e luzimento”⁵. Holanda chamou a atenção para o fato de que, no Brasil, particularmente nas Minas Gerais, a organização da sociedade repetiu os padrões do Reino, mas não com o mesmo tipo de indivíduos. Uma vez aí, eles procuraram recompor-se segundo as tradições da terra de origem, porém com as diferenças que o acesso à riqueza e outras possibilidades de mobilidade permitiam. Segundo Holanda, apenas as gerações seguintes aos primeiros emigrados puderam se diferenciar de seus antecedentes, em geral por meio do letramento e da educação, alcançados pelas condições advindas da posse de cabedais “acidentalmente ganhos em lavras e tratos”⁶.

Raymundo Faoro destacou a força dos padrões sociais das elites ibéricas, que acabavam por servir de modelo às camadas populares que, na América, ascendiam economicamente e ambicionavam o afidalgamento, principalmente pelo acesso a postos na administração pública, civil ou militar. As possibilidades abertas pela economia mineradora favoreceriam os portugueses pobres, que iriam se orientar para o comércio, buscando não apenas o enriquecimento, mas também o enobrecimento, real ou simbólico⁷. Para Faoro, enquanto os brancos portugueses seguiriam essa trajetória, os pobres, nascidos no Brasil, teriam que construir outras estratégias para fugir dos estigmas de uma sociedade preconceituosa quanto ao trabalho manual. Eles percorreriam outro caminho, “às margens da fidalguia burocratizada”, desviando-se “dos misteres dos negros”, procurando ser “soldados, escrivães ou escreventes, oficiais de tribunais de juízos,

³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989. Análise semelhante seria feita por FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 31 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

⁴ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. GRUZINSKI, Serge. *Les quatre parties du monde. Histoire d'une mondialisation*. Paris: Éditions de la Martinière, 2004. Vários trabalhos, individuais e coletivos, têm analisado, de forma central ou secundária, esses movimentos de circulação dos portugueses. Ver, entre outros: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato do viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; PAIVA, Eduardo França (org). *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*; FURTADO, Júnia Ferreira (org). *Diálogos oceânicos*. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001; FRAGOSO, João et al (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 2º volume. Administração, Economia, Sociedade. Direção de Sérgio Buarque de Holanda. 6 ed. São Paulo: Difel, 1985.

⁶ Ibidem.

⁷ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

não poucos freqüentando as aulas régias”⁸. O que Faoro não considerou foi que, além desses, também os brancos ou mestiços filhos de portugueses, nem sempre pobres, acabavam utilizando essas mesmas estratégias, quando ficavam privados de heranças e privilégios obtidos por seus pais, seja por não terem sido reconhecidos como filhos, seja pelos percalços dos processos dos inventários *post-mortem*.

Vários outros autores, até a década de 1970, concordaram com o estatuto “neutro” de determinadas profissões, exercidas por indivíduos que procuravam escapar das atividades manuais, como as funções burocráticas ou o ensino, e nas quais não seria raro encontrarem-se indivíduos mestiços. E do número elevado, entre os portugueses emigrados, dos que se dedicavam ao comércio⁹. O avanço das pesquisas sobre Minas Gerais no século XVIII vem esclarecendo diferentes aspectos da complexa sociedade que aí se organizou a partir da descoberta das minas, da ocupação do território e da sua urbanização, mais intensa do que em qualquer outra capitania da América portuguesa¹⁰. Kenneth Maxwell, ao analisar a conformação dessa sociedade, chamou a atenção para a importância da influência da cultura de origem dos portugueses emigrados. Para ele,

“entre a minoria branca de Minas Gerais predominavam os valores e costumes das províncias do norte português, especialmente do Minho, Trás-os-Montes, Porto, Douro e as Beiras (...). Refletida no modo de falar e na arquitetura doméstica e eclesiástica, esta dominante influência nortista proporcionava forte elemento de consolidação da sociedade e estimulava um rápido e bem sucedido transplante da cultura portuguesa para o ambiente social e econômico transitório e altamente instável da zona de mineração. A sociedade de Minas, portanto, era um complicado mosaico de grupos e raças, de novos imigrantes brancos e de segunda e terceira gerações de americanos natos, de novos escravos e de escravos nascidos em cativeiro...”¹¹

⁸ Ibidem. p.254.

⁹ VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga de Minas Gerais*. 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2 vol; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. 2 vol; LIMA JÚNIOR, Augusto de Lima. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

¹⁰ Alguns dos trabalhos de destaque são: BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982; MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias: a vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo; Hucitec, 1997; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei, séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos em Minas Colonial*. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs). *Modos de governar. Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005; SOUZA, Laura de Mello e. *Nobreza de sangue e nobreza de costume: idéias sobre a sociedade de Minas Gerais no século XVIII*. In: *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

¹¹ MAXWELL, op.cit. p. 114.

As inferências já presentes nos trabalhos de autores mais antigos – exceto os do campo da História da Educação¹² – vêm sendo comprovadas mais recentemente, no que diz respeito à entrada na cultura escrita como mecanismo de inserção social na Capitania de Minas Gerais. O aprofundamento das pesquisas tem demonstrado que, se a população das Minas continuava a ser predominantemente analfabeta, o acesso ao aprendizado da leitura e da escrita não ficava restrito às elites, sendo relativamente comum encontrarem-se indivíduos originários das camadas sociais intermediárias que sabiam ler e escrever, muitos vivendo de ofícios que exigiam esse conhecimento. Além disso, estar inserido na cultura escrita não significava, necessariamente, ter, individualmente, a capacidade de ler e de escrever. Creio que é necessário ver mais além, entendendo essa inserção como uma possibilidade e, invariavelmente, uma necessidade, de parte considerável da população das Minas Gerais setecentistas, letrada ou não. Afinal, era no âmbito da escrita que boa parte das relações cotidianas se realizava: entre os indivíduos e as instâncias administrativas civis, eclesiásticas ou militares; entre eles e a justiça; entre os indivíduos uns com os outros, em suas atividades cotidianas ligadas ao comércio, à mineração, ao exercício de variados ofícios e profissões. É sempre bom ressaltar a presença marcante do Estado na Capitania de Minas Gerais, e de sua burocracia que, se não exigia, exclusivamente, a presença de funcionários letrados, acabava por atrair-los e absorvê-los.

É preciso, também, esclarecer que o sentido atribuído ao termo “letrado”, da forma como se emprega aqui, não é o mesmo no século XVIII. O indivíduo letrado era entendido como aquele que fosse jurista ou advogado, ou o indivíduo versado nas letras, que seriam os conhecimentos eruditos das humanidades¹³. De qualquer modo, ser letrado neste sentido era condição de ingresso em determinados postos na administração colonial, como os de chanceler, desembargador, ouvidor, juiz (exceto o Juiz ordinário), procurador, provedor, intendente-geral do ouro¹⁴. Para vários outros cargos não se estabelecia este mesmo requisito, mas pela descrição de suas atribuições, apreende-se a necessidade do conhecimento da leitura e da escrita, como os escrivães que, conforme a sua situação, deveriam “escrever as cartas ou provisões passadas na Chancelaria”, “fazer, anualmente, um livro em que conste toda a receita e despesa”(das Câmaras), “escrever, em livro próprio, todos os acordos e os mandados” (relativos às Câmaras), “escrever as cartas dos vereadores e oficiais da Câmara”, “ler e publicar, na primeira sessão mensal da Câmara, os registros dos oficiais e almotacés do Concelho”, “escrever no livro impresso para o registro das barras” (na Intendência do Ouro), “preencher os bilhetes impressos que servem de certidão para circulação de barras” (de ouro), “fazer os registros, nos livros de

¹² Esses insistiram, durante muito tempo, na quase ausência de acesso à cultura escrita, exceto para os membros das elites, que podiam freqüentar as escolas controladas pelo clero regular – principalmente os colégios dos jesuítas e os seminários – e ingressar no ensino superior em Portugal.

¹³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de JESU, Anno de 1712.

¹⁴ ARQUIVO NACIONAL. *Fiscais e Meirinhos*. A administração no Brasil colonial. Coordenação de Graça Salgado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

receita e despesa, entrada do ouro, da carga feita ao tesoureiro do quinto, bem como no livro em que se põe, por lembrança, o ouro enviado à Casa de Fundação pertencente às partes e em todos os papéis que possam respeitar a receita e despesa”¹⁵. Havia também os tabeliães, que deveriam, entre outras coisas, “fazer todos os testamentos, cédulas e codicilos”, “fazer todos os inventários determinados por herdeiros e testamenteiros”, “fazer todos os instrumentos de posse das terras concedidas ou tomadas”, “fazer quaisquer cartas de compras, vendas, escambos, arrendamentos, aforamentos ou soldadas referentes aos órfãos”¹⁶. Outros cargos também indicavam a necessidade da leitura e da escrita, em algum nível, como o Tesoureiro da Intendência do Ouro, que deveria “lançar em seu livro a soma arrecadada das multas aplicadas aos sonegantes”, “rubricar, junto com o intendente e o fiscal, o termo de encerramento da matrícula” e “lançar em sua receita o cunho da Casa de Fundação”¹⁷.

A cultura escrita estaria, na verdade, muito mais disseminada naquela sociedade do que supunha a historiografia tradicional, e a relação cultura escrita/alfabetização nem sempre se dava de forma direta e imediata. Para Portugal essa constatação foi feita por Justino Magalhães, numa análise que coloca como central o papel do Estado na disseminação da cultura escrita e na expansão da alfabetização. Segundo ele, “quando se pergunta quem efectivamente se alfabetizou no decurso dos três séculos de Antigo Regime, se intenta por outras palavras saber quem pelo exercício de uma efectiva capacitação da leitura e da escrita participou nas actividades do Estado”¹⁸. Mas não só. Nos diversos níveis de relação dos indivíduos com o Estado, tanto com o poder central, quanto com os poderes locais, o recurso ao escrito esteve sempre presente. Podia ser feito diretamente ou pelo uso, mais comum, da intermediação dos tabeliães. Além disso, os indivíduos se utilizavam de instrumentos escritos para resolver pequenas questões cotidianas entre si, como o registro de empréstimos, os recibos de pagamentos, as notas de pequenos compromissos (como pedidos de mercadorias, reconhecimento de dívidas), receitas de boticários, listas de compras, registro de movimentos comerciais ou de atividades agrícolas. Isso nos leva a considerar um número mais expressivo de pessoas a construir relações com a cultura escrita, mesmo quando desprovidas das habilidades da leitura e da escrita, e capazes, apenas, de desenhar um sinal como assinatura.

No momento da emigração para as Minas Gerais no século XVIII, a sociedade portuguesa já vivia transformações no sentido da expansão da cultura escrita, com o aumento da publicação e circulação de livros, a ampliação da burocracia estatal que exigia cada vez mais pessoas com algum letramento, e o ingresso de uma parte da população dos domínios ultramarinos na estrutura administrativa e educacional do Império português. Não obstante o grande peso da cultura oral, é

¹⁵ Ibidem. Ver, também: MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime*. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal. Braga: Universidade do Minho/Instituto de Educação, 1994.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ MAGALHÃES, op.cit, p. 203.

fato aceito por diversos historiadores que tais transformações, desde o século XV, foram progressivamente introduzindo parcelas maiores da população na cultura escrita, mesmo sem o correspondente aumento da escolarização. O desenvolvimento das atividades comerciais, por exemplo, exigiu cada vez mais o recurso ao registro escrito, e a “palavra escrita” passava a ganhar novo valor social¹⁹. Esse processo, aliás, foi igualmente observado para outras áreas nas quais o comércio adquiriu ampla importância, como foi o caso da Itália, a partir do século XIII²⁰.

Em Portugal, além dessa ampliação derivada de necessidades concretas de alguns setores da sociedade, as progressivas medidas oficiais em prol do ensino das primeiras letras, principalmente nos meios urbanos, elevou o número de indivíduos com algum letramento, aqui entendido como capacidade de uso da cultura escrita²¹. Se alguma preocupação nesta direção já se esboçava desde o reinado de D. João V (1706-1750), foi visivelmente intensificada nos reinados de seus sucessores, D. José I (1750-1777) e D. Maria I (1777-1816), nos quais foram empreendidas as reformas da educação²². Se com essas reformas o ensino das primeiras letras passou a ser definido, financiado e controlado pelo Estado, antes disso ele acontecia segundo as condições disponíveis, sendo ministrado por clérigos ou leigos, muitas vezes com um conhecimento rudimentar, ou por indivíduos que exerciam funções como escreventes, tabeliães ou escrivães públicos, e que atuavam como mestres de primeiras letras como meio de complementar suas rendas. Neste caso, tanto em Portugal como na América, esses expedientes eram comuns, sendo os mestres pagos pelos pais e famílias dos alunos, ou pelas rendas das Câmaras. Uma vez que o próprio Estado era um expressivo demandador de ofícios para os quais algum conhecimento de escrita e de leitura era necessário, a aprendizagem dessas habilidades passava a ser um importante meio de obtenção de melhores posicionamentos na sociedade e, portanto, procurada por diferentes segmentos da população.

Uma das atividades à qual se dedicava parte significativa dos portugueses instalados nas Minas era o comércio, e vários estudos já demonstraram o papel que a cultura escrita representava naquele meio. Júnia Ferreira Furtado chamou a atenção para o fato de que o domínio da linguagem escrita não servia, apenas, como instrumento de poder numa sociedade preconceituosa em relação aos trabalhos manuais. Entre os comerciantes, o conhecimento da escrita e da leitura era ainda mais importante para o exercício de suas atividades, considerando-se a possibilidade de um nível elevado de letramento nesse grupo. O indicativo utilizado é um pouco precário – a capacidade de assinar o nome – mas pode ser combinado a outros, como a

¹⁹ Ver: MAGALHÃES, Op.cit.

²⁰ LE GOFF, Jacques. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

²¹ Cf. SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, n.25, jan/abr 2004. p. 5-17; MAGALHÃES, Justino. Alfabetização e história: tendências e perspectivas. In: BATISTA, Antonio Augusto Gomes & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (orgs). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

²² GOUVEIA, António Camões. Estratégias de interiorização da disciplina. In: MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Quarto Volume. O Antigo Regime (1620-1807). Coordenador: António Manuel Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

posse de livros, freqüente entre os comerciantes, e a preocupação recorrente com a educação dos filhos, na aprendizagem da leitura e da escrita, principalmente. Tudo isso permite fazer aquela afirmação de maneira mais segura ²³. Analisando inventários e testamentos em seu estudo sobre a família na Vila de São João del Rei, Silvia Brügger também observou essa preocupação com a educação dos filhos.²⁴

Esse último aspecto é particularmente importante para esse trabalho, pois foi expressiva a ação desses portugueses ao propiciar a seus descendentes o acesso à educação, por meio de professores particulares ou pelo ingresso nas aulas régias. Também não foi incomum que esses indivíduos possuíssem livros, e que soubessem ler e escrever, às vezes em um nível mais elevado do que a maioria. Se a documentação existente no Brasil permite acompanhar suas trajetórias e, por vezes, também, as de seus descendentes, não revela muito sobre suas vidas antes de emigrarem, o que ajudaria a esclarecer as bases de suas relações com a cultura escrita, conforme suas trajetórias anteriores, ainda em Portugal. Para alcançar essa dimensão é necessária a incursão em arquivos portugueses, de caráter mais local, o que ainda não foi possível realizar. De toda forma, vários trabalhos indicam esse caminho, a começar por demonstrarem o fluxo migratório como tendo sua origem na parte norte do País e, em alguns casos, sua orientação para a região mineradora, durante todo o século XVIII.²⁵

A questão da origem predominantemente nortista dos portugueses emigrados para as Minas Gerais pode ser corroborada sem grandes dificuldades, quando analisamos a documentação disponível, principalmente a paroquial e a cartorial ²⁶. Partindo dessas fontes, foi possível identificar alguns desses indivíduos que, fixando-se nesta região, construíram aí suas vidas e, em alguns de seus momentos, construíram diferentes formas de envolvimento com a educação e com a cultura escrita, seja nas estratégias elaboradas para a educação de seus descendentes ou protegidos, seja no exercício da profissão docente.

Começo pela família iniciada nas Minas pelo português Jerônimo da Silva Guimarães. Nascido na Vila de Guimarães, ele chegou às Minas em data imprecisa, talvez em meados do século XVIII, e viveu e morreu na Vila de Sabará onde, além de ativo em diversos negócios, foi também Capitão e Tenente Coronel dos Auxiliares. Morreu em 1787, solteiro, e em seu testamento reconheceu ter tido três filhos, instituídos como herdeiros: uma mulher, Águeda, já casada quando de seu falecimento e dois meninos, Jerônimo José e Manoel. O primeiro era filho de uma parda chamada Germana, e o segundo nunca soube quem teria sido sua mãe. Jerônimo da Silva Guimarães teria abrigado, também, um sobrinho, Francisco. Suas relações na Vila de

²³ FURTADO, op.cit. p. 109-111.

²⁴ BRÜGGER, Op.cit.

²⁵ SERRÃO, op.cit; SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS/Universidade do Minho, 1999; RAMOS, Donald. From Minho do Minas: the portuguese roots of the Mineiro family. *Hispanic American Historical Review*. V.73, nov. 1993. p. 639-662.

²⁶ Esse procedimento vem sendo adotado pelos pesquisadores da história demográfica em Minas Gerais, para diferentes comarcas da Capitania.

Sabará incluíam alguns dos homens mais destacados, com os quais mantinha negócios, tanto comerciais quanto de crédito, emprestando e tomando emprestado, vendendo e comprando mercadorias, entrando como fiador em negócios realizados entre pessoas do seu círculo. Sua posição social pode ser atestada, também, por ter sido Irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Sabará e ter sido sepultado na Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, ambas representativas dos grupos mais privilegiados da sociedade mineira setecentista²⁷.

Jerônimo da Silva Guimarães sabia ler e escrever e, a julgar pelas características materiais da sua escrita, seu conhecimento não era precário. Alguns breves documentos integrantes de inventários, e justificações apresentadas pelo próprio Guimarães permitem vislumbrar essas habilidades. Se tomarmos como referência estudos que procuram classificar os níveis de conhecimento da leitura e da escrita e de envolvimento com a cultura escrita, pode-se inferir que Jerônimo da Silva Guimarães teria conhecimento e habilidades significativas, fazendo uso de uma escrita correta, fluente, com o uso de abreviaturas e assinatura trabalhada²⁸. Embora as relações do Tenente Coronel com os meninos Jerônimo José e Manoel fossem pouco claras até a feitura de seu testamento – até então eles foram mencionados como “enjeitados” –, ele próprio iniciou o processo de inserção das crianças na cultura escrita, o que, para alguns deles e seus descendentes, foi evento de particular importância.

Guimarães enviou os dois filhos e o sobrinho à escola de primeiras letras, sob os cuidados do professor João Fernandes Santiago, da Vila de Sabará²⁹. Não sabemos quanto tempo as crianças estiveram neste estudo, mas ao menos para os dois filhos, o aprendizado chegou a fazer diferença em suas vidas. Jerônimo José morreu em 1857 e chegou a ocupar cargos públicos como Tesoureiro dos Novos Impostos e Oficial da Câmara de Sabará, no início do século XIX. Seu irmão, Manoel, aprendeu também os ofícios de relojoeiro e latoeiro e, ao morrer, em 1822, deixou para os enteados e para os irmãos, uma interessante coleção de livros, entre os quais as habituais vidas de santos e de beatos, além de uma *Ortografia*, uma coleção de sete volumes intitulada *Academia*, o *Divertimento Erudito*³⁰, o *Elementos da Civilidade*³¹, e um manual técnico intitulado *Arte de Fazer Cola*. A família Silva Guimarães teve existência prolongada em Sabará.

²⁷ Ver: BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

²⁸ MAGALHÃES, op.cit. Ver, também, sobre as habilidades de leitura e de escrita nas Minas Gerais setecentistas: VILLALTA, Luiz Carlos. Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas setecentistas*, 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

²⁹ Entre 1768 e 1800, João Fernandes Santiago ensinou a meninos filhos de militares, fazendeiros e oficiais mecânicos, alguns deles portugueses, e outros, homens pardos nascidos na Capitania de Minas Gerais. Por sua atividade como professor, ele ligou-se aos destinos de algumas famílias da Vila, que a ele enviaram seus filhos para que se cumprisse uma parte da educação almejada.

³⁰ *Divertimento Erudito para os curiosos de noticias históricas, escolásticas, políticas, e naturaes, sagradas e profanas*. Do Fr. João Pacheco. Lisboa Oriental, na Officina Augustiniana, Anno MDCCXXXIV.

³¹ *Elementos da Civilidade e da decência para instrução da mocidade de ambos os sexos*. Traduzido do francês vulgar. Lisboa: Na Typographia Rollandiana, MDCCCXXIV.

Morto em 1887, às vésperas da proclamação da República no Brasil, o neto do Coronel Jerônimo, Jerônimo Augusto da Silva Guimarães tinha bastante familiaridade com a escrita e a leitura, o que, a propósito, parece ter se tornado cada vez mais intensa a cada geração dessa família.

Outro português, José Ribeiro de Carvalho, constituiu família de forma mais tradicional nas Minas Gerais. Natural da Freguesia de Santo Adrião, Arcebispado de Braga, ele casou-se por duas vezes, a primeira, possivelmente em Portugal, e o casal de filhos desse casamento era de religiosos nos Açores. Entre um casamento e outro, já no Brasil, José Ribeiro de Carvalho teve um filho com a parda Antonia Rangel de Abreu; vivia com ele e tinha 26 anos de idade quando foi instituído seu herdeiro. Do casamento nas Minas, com Dona Quitéria Maria de Barros, ele declarou seis filhos vivos em seu testamento, feito em 1769, ano de sua morte: José (12 anos), Anna (8 anos), Marianna (7 anos), Bernarda (5 anos), Joaquina (3 anos) e Manoel (2 anos). Assim como seu conterrâneo, José Ribeiro de Carvalho construiu para si significativa posição na Vila de Sabará, tendo sido, também, irmão da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em cuja igreja foi sepultado. No seu inventário não consta a relação de bens, que nos ajudaria a vislumbrar mais elementos sobre a vida material e atividades desenvolvidas no seio desta família, mas percebe-se que, assim como Jerônimo, seus negócios eram variados, transitando entre atividades creditícias e comerciais.

Em seu testamento, nomeou a mulher como administradora dos bens e tutora dos filhos, por lhe reconhecer a “grande capacidade e inteireza”³². Durante muitos anos, D. Quitéria Maria de Barros cumpriu a tarefa, cuidando das questões resultantes do inventário e prestando contas sobre suas responsabilidades para com os filhos, incluindo a instrução nas primeiras letras e no estudo da Gramática para seus dois filhos homens. As posses da família não devem ter sido pequenas, pois os recursos administrados pela viúva eram consideráveis, tendo ela pago dívidas e serviços, e entregado aos filhos, depois de alguns anos, suas legítimas. Nas prestações de contas apresentadas por D. Quitéria, constam sempre compras vultosas com artigos de vestuário para os todos os filhos, além do pagamento de mestres particulares para os dois meninos e algum material para estudo, como livros, e jóias para as meninas.

Quando da morte do pai, é provável que o menino José, então com 12 anos de idade, já tivesse freqüentado as aulas de primeiras letras, pois estava nos estudos da Gramática Latina com o Mestre José Félix de Aguiar, nos quais permaneceu por sete anos. Já o menino Manoel, foi colocado a aprender as primeiras letras com o mesmo Mestre João Fernandes Santiago que ensinou aos filhos de Jerônimo da Silva Guimarães. Para os dois meninos, os planos de D. Quitéria eram enviá-los para o Seminário, para seguirem a vida religiosa. Quanto às meninas, viviam em companhia da mãe com quem aprendiam “todos os bons costumes, e a coser, e a ler, escrever, tudo com educação e recato, e cuidado grande, para a seu tempo lhe (sic) dar a melhor

³² IPHAN/ACBG. CPO-LT 24 (37). Testamento de José Ribeiro de Carvalho.

arrumação de seus estados”³³. O filho José acabou indo viver no Rio de Janeiro onde, depois de completar 21 anos, recebeu o restante das suas legítimas e ele próprio escreveu e assinou o recibo de quitação total da sua parte da herança. As filhas, que foram iniciadas nas primeiras letras pela mãe, deixaram alguns documentos escritos de próprio punho, exceto Bernarda que, por alguma razão, não aprendeu a escrever. Essa família merece um estudo mais apurado, pela trajetória do seu fundador, pela extensão que ela adquiriu, pelo papel central que a esposa desempenhava, por sua inserção expressiva na cultura escrita, pela preocupação com a educação dos filhos do ponto de vista dessa inserção, inclusive das mulheres, e pela elaboração explícita de estratégias em relação ao futuro de seus membros.

Além desses portugueses emigrados que, nas Minas, deixaram descendência e junto com ela desenvolveram expressivas relações com a cultura escrita, interessam também os que vieram para o exercício de funções educacionais, como professores régios. Os casos destacados aqui são os clérigos. É conhecido o papel da Igreja na educação na América portuguesa, desde a chegada dos primeiros regulares, no século XVI, especialmente os jesuítas. Não entrarei em detalhes sobre a sua participação nas atividades de ensino, ressaltando apenas que, na Capitania de Minas Gerais, devido à proibição da instalação do clero regular e de suas instituições, observou-se a presença de clérigos seculares que, entre as ocupações de seu ministério, também ensinavam as primeiras letras e a Gramática Latina. Com a fundação do Seminário de Mariana, em 1750, muitos aí ingressaram como mestres, enquanto outros continuavam no ensino particular (padres mestres). Após as reformas pombalinas da educação, principalmente a etapa iniciada em 1772, houve expansão das aulas na Capitania, resultando numa expressiva presença de religiosos como professores régios.

Eles tiveram particular importância no âmbito da cultura escrita não apenas por sua atividade no ensino, mas também por terem sido possuidores e agentes da circulação de livros na região³⁴. Dois desses mestres régios clérigos, naturais do norte de Portugal, viveram e ensinaram em Vila Rica, no final do século XVIII. Bento Antônio Maciel, mestre de Primeiras Letras, nascera nas proximidades da Vila de Guimarães e Antônio da Costa de Oliveira, mestre de Gramática Latina, era natural da Vila de Barcelos. Ambos morreram em 1791 e deixaram pequenas bibliotecas, bastante representativas de suas atividades, tanto como sacerdotes, quanto como professores. Como era de praxe, entre seus pertences havia itens que indicavam o funcionamento das aulas em suas próprias casas, principalmente peças de mobiliário. Aproxima-os, no que toca

³³ IPHAN/ACBG. CSO-I (31) 257. Inventário de José Ribeiro de Carvalho. Grifo meu.

³⁴ Vários estudos têm apontado para o destaque dos membros do clero como possuidores de livros: FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996; FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do Cônego*. 2 ed. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981; VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. *Acervo*. Rio de Janeiro, v.8, n.1/2, jan/dez.1995; VILLALTA, Luiz Carlos. Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas setecentistas*, 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

ao tema desse trabalho, suas bibliotecas. No que foi possível identificar, juntos eles possuíam 58 volumes e vários títulos em comum, constituindo o perfil típico das livrarias de clérigos ³⁵, com breviários, vidas de santos, missais, títulos como *Manual de Sacerdotes e Prática de Confessionário*, além de obras comentadas de autores clássicos como Ovídio, Virgílio e Horácio (estes, quase sempre associados ao ensino da Gramática Latina), obras de Filosofia, dicionários e outras para o ensino do português ou do latim.

Os livros citados em comum nos documentos dos dois mestres foram o *Catecismo de Montpellier*; o *Manual de Teologia Moral*, de Francisco Larraga; uma obra denominada *Concilio Tridentino Comentado*; e obras comentadas de Virgílio e de Horácio (sem identificação de autoria). Bento Antonio Maciel, mestre de primeiras letras, possuía, ainda, um *Arte de Sintaxe Explicada* e um *Prosódia*, de Bento Pereira, condizentes com o magistério das primeiras letras, cadeira que ele ocupava como substituto. Já o mestre de Gramática Latina, Antonio da Costa de Oliveira, tinha entre seus livros o *Dicionário Latino e Arte Latina*, certamente seus instrumentos de trabalho no ensino da Gramática. Ao menos deste mestre português há informação sobre como introduziu-se na cultura escrita, pois ele mesmo declarou que fora estudante nas aulas públicas da cidade de Braga, e “passando a estas Minas sempre nela (sic) me exercitei em ensinar Gramática e por isso tudo o quanto nelas se me achar são bens adquiridos das quais”³⁶.

Se, em certa medida, esses mestres traziam de Portugal experiências de sua formação escolar e de sua inserção na cultura escrita, eles também se envolviam com o ambiente já marcado por ela, nas Minas Gerais do final do setecentos. O convívio com outros professores, clérigos ou não, nas localidades onde viveram e trabalharam, intensificava esse envolvimento, podendo articular suas atividades profissionais, estreitar as relações entre eles e seus alunos, e expandir a circulação de livros. Esses últimos aspectos podem ser vislumbrados em registros deixados por alguns deles, nos quais se percebe o significado das relações construídas tendo o ensino como mediador. Manoel Caetano de Souza, natural da Comarca de Guimarães e mestre de Gramática Latina em Guarapiranga, Termo de Mariana, constituiu uma sociedade de ensino com professores do chamado “colégio do Sumidouro”, fundado e dirigido por padres. Interagiu marcadamente com esse universo, a ponto de ocupar boa parte do seu testamento com o registro de questões atinentes a ele, mencionando seus colegas de trabalho, vários de seus alunos, encomendando missas para seus discípulos já falecidos e para todos os seus mestres.

³⁵ Segundo Luiz Carlos Villalta, os clérigos eram possuidores destacados de bibliotecas em Portugal, no século XVIII, e suas coleções eram constituídas, principalmente, por “primeiro, obras religiosas, místicas e hagiológicas e sermões; depois, títulos de teologia; em seguida de história; e, por fim, de literatura”. VILLALTA, 1995, p. 20. Para identificar alguns dos livros constantes nos inventários e testamentos dos dois padres, utilizei, além dessa obra citada, também VILLALTA, 2007.

³⁶ IPHAN/ACP. Inventários 1o Ofício, códice 1, auto 8. Há registros de que Antonio da Costa de Oliveira recebeu provisão para o ensino de Gramática latina na Capitania de Minas Gerais em 1787 e 1788. Não foram encontradas outras referências anteriores ou posteriores, mas é possível supor que tivesse estado neste emprego até sua morte, em 1791 (ANTT/RMC. Livro 24).

O esclarecimento sobre as características e o papel da educação – particularmente do aprendizado da leitura e da escrita – na América portuguesa, passa pela confluência dos estudos sobre a escolarização, a alfabetização, a cultura escrita, na perspectiva da história social, que permita a compreensão dos mecanismos de funcionamento da sociedade da época, suas redes de relações, seus valores. A Capitania de Minas Gerais apresenta condições propícias para este tipo de estudo, uma vez que era fortemente urbanizada, com marcante presença do Estado, e na qual a cultura escrita, fomentada ou não pela existência concreta de escolas, assumiu funções expressivas. Aproximar-me desse esclarecimento foi o que pretendi fazer neste trabalho, deixando também aberta a possibilidade – e a necessidade – de ampliar o espectro de análise para as gerações nascidas no Brasil, que estreitaram suas relações com a cultura escrita e por meio da qual orientaram suas estratégias de vida naquela sociedade.